



Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica

Mapeamento de EJA-EPT nos Institutos Federais do Brasil: um estudo quanti-qualitativo

Mapping EJA-EPT in Brazilian Federal Institutes: a quantitative-qualitative study

Recebido: 08/05/2025 | **Revisado:** 10/09/2025 | **Aceito:** 05/10/2025 | **Publicado:** 31/10/2025

Andréia Moura Casagrande

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1634-1949>

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo

E-mail:

andrea.casagrande@ifsp.edu.br

Thamiris Oliveira de Araujo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-8531>

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense

E-mail: thamiris.araujo@iff.edu.br

Como citar: CASAGRANDE, A. M; ARAUJO, T. O. Mapeamento de EJA-EPT nos Institutos Federais do Brasil: um estudo quanti-qualitativo. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 02 n. 25, p.1-21 e18600, out. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

O presente artigo científico analisa o panorama da oferta de Educação de Jovens e Adultos – Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) nos 38 Institutos Federais do Brasil. O estudo é descritivo e utilizou pesquisa documental e bibliográfica com abordagem quanti-qualitativa. Dados de 2023 mostram que apenas 47% dos campi oferecem cursos na modalidade EJA-EPT, com uma média nacional de matrículas de 1,97%. Esse índice está muito abaixo da meta de 10% estabelecida pelo Decreto 5.840/06. O Instituto Federal de Goiás (IFG) é o único que alcança essa meta, com 12,9% de oferta, e seu projeto AlmeJA é destacado como um caso de sucesso. A pesquisa também revelou uma alta taxa de evasão escolar de 26,69% em 2023. A revisão bibliográfica aponta desafios como a falta de formação docente para atuar na modalidade, currículos fragmentados, a heterogeneidade do público e processos seletivos inadequados. O estudo conclui que a EJA-EPT, apesar de seu potencial de transformação social, enfrenta grandes desafios estruturais que precisam ser superados para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.

Palavras-chave: EJA. EJA-EPT. PROEJA. Instituto Federal.

Abstract

This scientific article analyzes the panorama of Youth and Adult Education – Professional and Technological Education (EJA-EPT) in the 38 Federal Institutes of Brazil. The descriptive study used documentary and bibliographic research with a quantitative-qualitative approach. Data from 2023 show that only 47% of campuses offer courses in the EJA-EPT modality, with a national average of 1.97% of enrollments. This is well below the 10% target established by Decree 5.840/06. The Federal Institute of Goiás (IFG) is the only one to meet this goal, with 12.9% of its courses, and its AlmeJA project is highlighted as a

success story. The research also revealed a high dropout rate of 26.69% in 2023. The literature review points to challenges such as the lack of specific teacher training, fragmented curricula, student heterogeneity, and unsuitable selection processes. The study concludes that while EJA-EPT is a key tool for social inclusion, it faces significant structural challenges that must be addressed to ensure student access, retention, and success.

Keywords: EJA. EJA-EPT. PROEJA. Federal Institute.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino institucionalizada desde o ano de 1988 pela Constituição Federal e em 1996 pela Lei Nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como um direito daqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade adequada. A modalidade tem como objetivo proporcionar uma nova oportunidade de acesso à educação, permitindo que jovens e adultos possam retomar ou iniciar seus estudos, desenvolvendo competências cognitivas, sociais e cidadãs para a plena participação na sociedade. Para tal, a LDB já prevê que a EJA deva ser articulada, preferencialmente, à educação profissional, conforme parágrafo 3º do artigo 37 (Brasil, 1996).

A articulação entre a EJA e a educação profissional tem como marco legal o Decreto 5.478, de 2005, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e o Decreto nº 5.840, de 2006, que revoga o anterior ao acrescentar mais detalhes à regulamentação do PROEJA. O Decreto nº 5.840 preconiza que as instituições federais de educação profissional devem disponibilizar um quantitativo mínimo de 10% do total das vagas de ingresso da instituição ao PROEJA e estabelece que a ampliação da oferta de vagas para a modalidade devia ser iniciada já em 2007 (Brasil, 2006).

Em 2008, a Lei nº 11.892 promulga a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs), que assumem como missão institucional a oferta da EJA integrada à Educação Profissional Tecnológica (EJA-EPT). Em tese, a EJA-EPT consolida a EJA através de oportunidades de aprendizagem que não só favorecem a conclusão da educação básica, mas também preparam os indivíduos para o mercado de trabalho e para a cidadania plena. Tomando como premissa a importância da EJA-EPT para as políticas educacionais dos IFs, pretende-se, nessa pesquisa, verificar se o Decreto nº 5.840, de 2006, está concretizado nas ofertas obrigatórias de 10% das vagas dos institutos para a modalidade EJA-EPT, tecendo um panorama atual sobre a EJA-EPT.

Investigar o contexto da EJA-EPT nos IFs é, portanto, o objetivo central desse artigo, que será conduzido a partir de dois objetivos específicos: (i) mapear e descrever os dados estatísticos sobre a oferta da modalidade EJA-EPT; e (ii) analisar artigos que versam sobre implementações da EJA-EPT. Dessa forma, pretende-se alcançar uma visão quati-qualitativa sobre o objeto de pesquisa. A abordagem quantitativa constituirá numa revisão documental de publicações, decretos, leis e

cartilhas, disponíveis em Plataformas do Governo Federal, Plataforma Nilo Peçanha e na Plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mapeando em quais campi dos Institutos Federais são ofertadas vagas para EJA-EPT, número de matrículas e taxa de evasão. Já a abordagem qualitativa consistirá numa revisão bibliográfica de artigos publicados em Revistas *Online* renomadas e no *Google Acadêmico*, identificando características dos campi que ofertam vagas EJA-EPT.

Por fim, o estudo apresenta recomendações práticas para gestores, compreendendo os desafios e os avanços observados nos diferentes campi dos IFs, permitindo a identificação de práticas bem-sucedidas e a proposição de melhorias que possam fortalecer o papel da EJA-EPT na consolidação de uma educação inclusiva e de qualidade.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se debruça sobre o contexto da EJA-EPT para estabelecer um panorama atual sobre a oferta dessa modalidade nos Institutos Federais. Em consonância com Gil (2017), o estudo se classifica como descritivo, uma vez que a proposta norteadora é a descrição de características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações com variáveis e, assim, mapeando a realidade encontrada pelos indivíduos de 15 anos ou mais que, em situação de defasagem entre idade e série, procuram a EJA-EPT para dar continuidade aos seus estudos.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de (i) pesquisa documental – legislação que subjaz a criação da EJA-EPT; (ii) levantamento estatístico – censos da Plataforma Nilo Peçanha que cruzam dados de todos os IFs do país; e (iii) pesquisa bibliográfica – leitura e revisão de artigos científicos concernentes à EJA-EPT. A seleção dos dados se propõe abrangente no que tange ao período pesquisado nas fontes mencionadas, possibilitando construir um panorama histórico sobre a EJA na rede federal.

Os dados normativos, que compõem o arcabouço regulatório do PROEJA e da legislação que sustenta a educação profissional, abrangem o período de 1996 a 2024, isto é, pontuando desde a primeira Lei que garante o acesso gratuito à EJA como um direito cidadão até os dias de hoje. Os dados estatísticos, oriundos da Plataforma Nilo Peçanha, perpassam o período de 2017 a 2024, possibilitando a identificação de tendências e indicadores relevantes para a compreensão dos processos de matrícula, evasão e permanência na EJA-EPT. A seleção dos artigos científicos da revisão bibliográfica compreende o período de 2013 a 2024, permitindo a identificação de características, casos de sucesso e dificuldades encontradas na implantação dessa modalidade nos diversos campi dos IFs em um recorte longitudinal.

No que tange à seleção dos artigos utilizados na elaboração da revisão bibliográfica, optou-se pela busca em três *sites* de revistas científicas de Institutos Federais (RBEPT, HOLOS e Semiárido Di Visu) e na plataforma *Google Acadêmico*. O primeiro critério utilizado foi a seleção de artigos contendo no título palavras relacionadas a: “EJA”, “EJA-EPT”, “EPT”, “PROEJA” e/ou IFs. Posteriormente, foi

realizada a leitura completa desses artigos pré-selecionados, eliminando os que não demonstrassem casos concretos de sucesso e/ou dificuldades encontradas na implantação de cursos EJA-EPT nos IFs espalhados pelo Brasil.

O tratamento de dados tão diversos permitiu uma análise longitudinal que revela tanto avanços quanto desafios persistentes da implementação da EJA-EPT na rede federal, subscrevendo, portanto, o estudo no paradigma quanti-qualitativo.

3 LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS BASES DA EJA-EPT

Historicamente, a implantação da EJA-EPT nos Institutos Federais tem sido permeada por desafios e conquistas. A presente seção se destina à compreensão sobre os instrumentos legais que orientam a oferta de cursos para a EJA e as diretrizes que vinculam a EJA ao contexto da Educação Profissional e Tecnológica, perfazendo o percurso histórico que nos direciona para a atualidade da EJA-EPT. A tabela abaixo concretiza as informações levantadas sobre a legislação e documentos que embasam a EJA, em ordem cronológica:

Tabela 1: Legislação e documentos bases da EJA-EPT

Ano	Marco	Síntese (foco EJA/EPT)
1996	Lei nº 9.394/1996 – LDB	Reconhece a EJA como modalidade da educação básica (arts. 37 e 38) e abre caminho para sua articulação com a educação profissional . ¹
2000	Parecer CNE/CEB nº 11/2000	Marco referencial: fundamenta as Diretrizes Curriculares da EJA , afirma EJA como direito e orienta currículos considerando trabalho, cultura e cidadania ; embasa a Resolução CNE/CEB nº 1/2000. ²
2006	Decreto nº 5.840/2006	Institui o PROEJA e determina que as instituições federais implantem cursos até 2007 , com mínimo de 10% das vagas em 2006 e ampliação a partir de 2007. ³
2007	Documento Base do PROEJA	Orienta a implantação pedagógica do PROEJA (integração EJA e educação profissional no ensino médio; revisão à luz do Dec. 5.840). ⁴

¹ Lei nº 9.394/1996 – LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: ago. 2025.

² Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EJA.pdf>. Acesso em: ago. 2025.

³ Decreto nº 5.840/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: ago. 2025.

⁴ Documento Base do PROEJA. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: ago. 2025.

Ano	Marco	Síntese (foco EJA/EPT)
2008 (jun.)	Lei nº 11.741/2008	Altera a LDB e institucionaliza a EPT, redimensionando a integração entre EJA e educação profissional técnica de nível médio/EPT (novo capítulo. “Da Educação Profissional e Tecnológica”). ⁵
2008 (dez.)	Lei nº 11.892/2008	Cria a Rede Federal e os Institutos Federais , cuja missão inclui ofertar EJA articulada à EPT em diferentes níveis/modalidades. ⁶
2010	Resolução CNE/CEB nº 3/2010	Diretrizes Operacionais da EJA : duração dos cursos, idades mínimas, certificação em exames e parâmetros para EJA a distância . ⁷
2014	Lei nº 13.005/2014 – PNE (2014–2024)	Aprova o Plano Nacional de Educação; a Meta 9 trata da alfabetização e da integração EJA–educação profissional , orientando políticas e estratégias. ⁸
2017	Resolução CONIF nº 4/2017	O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) faz referência ao percentual de 10% das vagas anuais para a EJA
2024	Lei nº 14.818/2024	Institui o Pé-de-Meia (poupança-incentivo) para permanência e conclusão no ensino médio público; impacto indireto em políticas de permanência também pertinentes à EJA. ⁹
2024/25	Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA	Política pública robusta com metas de expansão da EJA e da alfabetização, envolvendo diversos programas como PBA e Pé-de-Meia; reforça a institucionalidade da EJA. ¹⁰

Fonte: sites governamentais

Conforme apresentado na tabela, desde 1996, a LDB reconhece a EJA como modalidade da educação básica e a articula, preferencialmente, com a educação profissional (Brasil, 1996, art. 37, §3). Em 2006, com a institucionalização do PROEJA como uma política pública educacional, é determinado que as instituições federais

⁵ Lei nº 11.741/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: ago. 2025.

⁶ Lei nº 11.892/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: ago. 2025.

⁷ Resolução CNE/CEB nº 3/2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5655-rceb003-10&Itemid=30192. Acesso em: ago. 2025.

⁸ Lei nº 13.005/2014 – PNE (2014–2024). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: ago. 2025.

⁹ Lei nº 14.818/2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14818.htm. Acesso em: ago. 2025.

¹⁰ Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: ago. 2025.

implantem cursos na modalidade EJA até 2007 e ofertem um quantitativo mínimo de 10% de suas vagas para esse público (Brasil, 2006). Na esteira da promulgação do PROEJA, nascem, em 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei No 11.892/2008, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil, 2008). A referida Lei reorganizou e integrou as antigas escolas técnicas e agrotécnicas federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) em uma nova estrutura, com o objetivo de fortalecer a educação profissional e tecnológica no país. No que tange à EJA-EPT, é salutar destacar que, desde sua criação, a legislação esclarece a natureza e objetivos dos IFs, articulando-os com a EJA, tal como observamos no trecho abaixo.

Capítulo II, Seção III – Objetivos dos Institutos Federais, Art. 7º, Inciso I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da **educação de jovens e adultos**; [...] Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 2º desta Lei, e, no mínimo, 20% (vinte por cento) para os cursos de licenciatura [...] (Brasil, 2008, pag. 1, grifo nosso)

Tendo em vista o referido trecho da Lei que funda os IFs, percebe-se que há menção somente do percentual de 50% de vagas para o nível técnico e 20% para a formação de professores, isto é, não é estabelecido um quantitativo para a EJA-EPT nessa Lei. O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), contudo, faz referência ao percentual de vagas para a EJA em sua Resolução nº 4 de 2017, explicitando o compromisso da rede em assegurar o cumprimento do disposto no art. 2º do Decreto no 5.840 de 2006 – Decreto que institui a EJA – que garante o atendimento à meta de, no mínimo, 10% das vagas anuais para a modalidade de educação de jovens e adultos.

No entanto, conforme será apresentado nas seções seguintes, a estruturação de cursos e a oferta de vagas na modalidade da EJA se configura, todavia, como um desafio para a rede federal de educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, visando elevar a escolaridade e ampliar a oferta de matrículas da EJA nos sistemas públicos de ensino, recentemente, o governo federal lançou o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2024). Trata-se de uma política pública construída de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC) com a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com a finalidade de superar o analfabetismo; consolidando a oferta da EJA integrada à educação profissional.

Considerando que um dos maiores obstáculos para escolarização é o fato de que muitos jovens não conseguem conciliar os estudos com a manutenção financeira da família, também em 2024, o governo federal criou o Programa Pé-de-meia, voltado para estudantes em situação de vulnerabilidade social que cursam o ensino médio na rede pública (Brasil, 2024). Essa iniciativa tem como objetivo promover a permanência

escolar, reduzir desigualdades e aumentar a conclusão do ciclo educacional. A Lei prevê expressamente, no artigo 1º, parágrafo 2º, que os estudantes do ensino médio da EJA de 19 (dezenove) a 24 (vinte e quatro) anos são elegíveis para receber uma bolsa de incentivo-frequência no valor de R\$ 225,00, por 8 meses (condicionados à frequência mínima de 80%), acrescido de bolsa conclusão no valor de R\$ 1.000,00, além de incentivo para a participação no ENEM no valor de R\$ 200,00 (Brasil, 2024).

A despeito de avanços na legislação e dos promissores programas inaugurados recentemente pelo governo federal, a história da EJA-EPT remonta a um cenário de luta, com avanços e retrocessos, tornando a consolidação dessa modalidade um tema ainda central para a democratização da educação no Brasil. Na seção seguinte, dados estatísticos sobre a oferta da EJA comporão uma visão concreta sobre esse cenário.

4 DADOS DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA SOBRE A EJA-EPT

A trajetória dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que atualmente totalizam 38 unidades em todo o país, reflete o compromisso governamental com a democratização do ensino e o estímulo à formação técnica e tecnológica. Conforme exposto na seção anterior, os Institutos Federais já nasceram com a demanda de atender o público da educação de jovens e adultos, então, nesta seção, expor-se-á dados de um levantamento estatístico empreendido em 2023 sobre a abrangência dessa modalidade na rede. Os referidos dados são oriundos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que se caracteriza como um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais dessa rede.

Primeiramente, identificou-se em quais campi dos IFs existem ofertas de cursos EJA-EPT. Os dados demonstram que, de um total de 602 campi, em 2023, 284 campi ofertam cursos EJA-EPT, o equivalente a 47%. Verificou-se também a distribuição das matrículas ocorridas nos cursos EJA-EPT, ofertados pelos IFs no ano de 2023, visando caracterizar os estudantes dessa modalidade. O gráfico 1 apresenta esses dados, agrupados por sexo e faixa etária, evidenciando que a maior procura por cursos EJA-EPT ocorre na faixa etária de 15 a 29 anos.

Gráfico 1: Distribuição das matrículas na EJA-EPT por sexo e faixa etária no ano de 2023



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Conforme exposto na seção anterior, a legislação e documentos bases dos IFs estipulam um quantitativo de vagas anuais que devem ser destinados aos cursos técnicos de nível médio, cursos de formação de professores e cursos da EJA-EPT. No quadro 1, verifica-se os indicadores de tais cursos, ofertados nos Institutos Federais do Brasil, distribuídos numa série histórica entre os anos de 2017 e 2023. Constata-se um índice expressivo de cursos na modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (incluindo cursos integrados, concomitantes e subsequentes), superando a meta de oferta de no mínimo 50% das vagas. Também se constata que existe uma defasagem na oferta de cursos de formação de professores, pois, nesse período, identifica-se que, em todos os anos, houve uma porcentagem abaixo de 20%. Quanto à oferta de cursos PROEJA, verifica-se que, em todos os anos analisados, houve uma defasagem em relação a meta de 10%, mas que houve um crescimento nos últimos 3 anos.

Quadro 1: Indicadores de cursos ofertados nos IFs do Brasil no período de 2017 a 2023

ANO	TÉCNICOS	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	PROEJA
	Meta (50%)	Meta (20%)	Meta (10%)
2017	63,30%	13,40%	2,43%
2018	62,40%	13,70%	2,38%
2019	60,90%	14,60%	2,17%
2020	57,20%	15,20%	2,13%
2021	52,30%	15,70%	1,85%
2022	53,10%	14,90%	2,07%
2023	51,10%	15,30%	2,22%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Em contraposição ao número inexpressivo de cursos ofertados na modalidade da EJA-EPT, é nessa modalidade em que se encontra o maior índice de evasão escolar. A investigação sobre os dados estatísticos referentes à evasão na

modalidade EJA-EPT está organizada no quadro 2 e distribuída numa série histórica entre os anos de 2017 e 2023. No quadro, apresentam-se os números de matrículas e os números de evadidos, assim como a taxa percentual de evasão, constatando-se que houve um crescimento nessa taxa nos últimos 3 anos.

Quadro 2: Comparação entre número de matrículas e número de evadidos no período de 2017 a 2023 de cursos EJA-EPT

ANO	CONCLUINTES	EM CURSO	EVADIDOS	Nº MATRÍCULAS	TAXA DE EVASÃO
2017	1922	10749	4041	16712	24,18%
2018	1734	11618	3587	16939	21,18%
2019	1764	11524	3356	16644	20,16%
2020	848	13383	2580	16811	15,35%
2021	1923	12394	1899	16216	11,71%
2022	2796	12551	4239	19586	21,64%
2023	5143	13192	6674	25009	26,69%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Compilou-se também a disposição dos cursos EJA-EPT na rede federal, separados por região, referentes ao ano de 2023. No quadro 3, verifica-se que, de um total de 602 campi, apenas 284 ofertaram vagas para cursos EJA-EPT, ou seja, o equivalente a 47% da rede. Na média entre as cinco regiões do Brasil, considerando o número de matrículas nos IFs e de matrículas da EJA-EPT, constata-se um quantitativo de 1,97%, um total bem abaixo daquele estipulado no Decreto nº 5.840 de 2006 com o qual se compromete o CONIF Resolução nº 4 de 2017.

Quadro 3: Distribuição dos dados de 2023 por região entre o número de campi X número de campi que ofertam EJA-EPT X número de matrículas X número de cursos

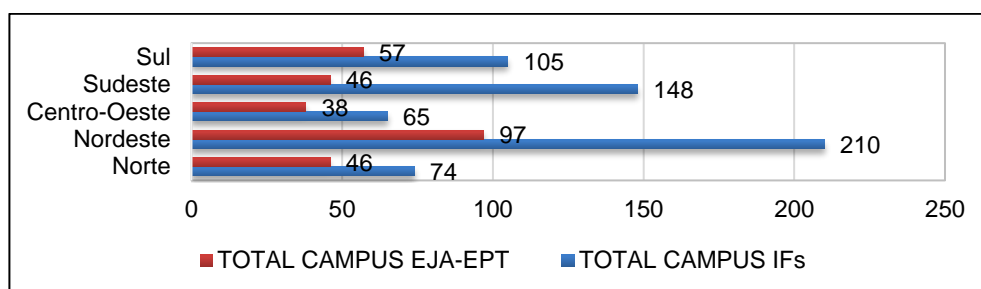
REGIÃO	TOTAL CAMPUS IFs	TOTAL CAMPUS EJA-EPT	TOTAL MATRÍCULAS NOS IFs	TOTAL DE MATRÍCULAS NOS CURSOS EJA-EPT	% DE MATRÍCULAS IFs X MATRÍCULAS EJA-EPT	TOTAL CURSOS IFs	TOTAL CURSOS EJA-EPT
Norte	74	46	121314	3058	2,52%	1547	98
Nordeste	210	97	340563	7180	2,11%	3965	201
Centro-Oeste	65	38	155929	4372	2,80%	1381	79
Sudeste	148	46	340906	5711	1,68%	3006	105
Sul	105	57	632414	4688	0,74%	2257	117
TOTAL GERAL	602	284	1591126	25009	1,97%	12156	600

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023)

A seguir, no gráfico 2, apresenta-se a comparação entre o número de campi por região do Brasil e o número de campi que ofertam EJA-EPT no ano de 2023. Constata-se que, na região Sul, encontram-se 105 campi, sendo que 57 ofertam cursos EJA-EPT (52%); na região Sudeste, 148 campi, sendo que 46 ofertam cursos EJA-EPT (31%); na região Centro-Oeste, 65 campi, sendo que 38 ofertam cursos

EJA-EPT (58%); na região Nordeste, 210 campi, sendo que 97 ofertam cursos EJA-EPT (46%); na região Norte, 74 campi, sendo que 46 ofertam cursos EJA-EPT (62%). Desta forma, identifica-se que a região com maior porcentagem de cursos na modalidade em questão é a região Norte, seguida da região Centro-Oeste, Sul, Nordeste e, por último, a região Sudeste. A média geral do país é de 47% de campi que ofertam cursos em EJA-EPT.

Gráfico 2: Comparativo por região no ano de 2023 entre o número de campi dos IFs X IFs com EJA-EPT



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Ao buscar dados mais detalhados sobre a oferta de cursos EJA-EPT nos institutos federais, verificou-se que, em 2023, dos 38 IFs espalhados pelo Brasil, apenas o Instituto Federal de Goiás (IFG), da região Centro-Oeste, atinge uma porcentagem superior a 10% de vagas ofertadas a essa modalidade, em consonância com o Decreto No 5.840/2006. O quadro 4 dispõe sobre o número de matrículas totais em cada um dos IFs e sobre a porcentagem incidente de matrículas EJA-EPT nessas instituições. Essa porcentagem foi calculada dividindo o número de matrículas nos cursos EJA-EPT ofertados nos campi dos IFs, pelo número de matrículas de todos os cursos ofertados nesses mesmos IFs. Observa-se também que, na região Norte, destaca-se o IFAM; na região Nordeste, o IFSertão-PE; na região Sudeste, o IFF; e na região Sul, o IFFarroupilha.

Quadro 4: Comparativo por região entre o número de matrículas nos IFs X número de matrículas nos IFs com EJA-EPT X % de matrícula por IFs

REGIÃO	IFs	MATRÍCULAS IFs	TOTAL MATRÍCULAS IFs POR REGIÃO	MATRÍCULAS EJA-EPT	TOTAL MATRÍCULAS EJA-EPT POR REGIÃO	% MATRÍCULAS POR IFs	MÉDIA DA % MATRÍCULAS POR REGIÃO
NORTE	IFAC	6727	121314	0	3058	0,00%	2,66%
	IFAM	22716		1242		5,47%	
	IFAP	7923		325		4,10%	
	IFPA	29943		785		2,62%	
	IFRO	28778		337		1,17%	
	IFRR	6817		64		0,94%	
	IFTO	18410		305		1,66%	
	IFBaiano	18944		157		0,83%	
	IFSertão-PE	11604		1071		9,23%	
	IFAL	23491		549		2,34%	
	IFBaiano	29952		473		1,58%	
NORDESTE	IFCE	63730	340563	267	7180	0,42%	2,53%
	IFMA	45522		1787		3,93%	
	IFPB	33176		663		2,00%	
	IFPE	27448		536		1,95%	
	IFPI	31670		736		2,32%	
	IFRN	43483		771		1,77%	
	IFS	11543		170		1,47%	
CENTRO-OESTE	IFGoiano	18193	155929	46	4372	0,25%	3,68%
	IFB	24273		499		2,06%	
	IFG	20067		2588		12,90%	
	IFMS	66320		629		0,95%	
	IFMT	27076		610		2,25%	
	IFSudesteMG	14412		157		1,09%	
	IFES	62843		722		1,15%	
	IFF	23374		1813		7,76%	
SUDESTE	IFMG	44092	340906	46	5711	0,10%	2,24%
	IFNMG	21917		565		2,58%	
	IFRJ	22779		1381		6,06%	
	IFSP	77558		809		1,04%	
	IFSuldeMinas	61939		217		0,35%	
	IFTM	11992		1		0,01%	
SUL	IFFarroupilha	18371	632414	579	4688	3,15%	1,67%
	IFC	20195		633		3,13%	
	IFPR	30924		72		0,23%	
	IFRS	383029		1069		0,28%	
	IFSC	40970		880		2,15%	
	IFSul	138925		1455		1,05%	
TOTAL	GERAL	1591126	1591126	25009	25009	2,43%	2,56%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Tendo em vista o destaque do IFG no conjunto de oferta de vagas para a EJA-EPT, empreendeu-se um detalhamento dos campi pertencentes a esse instituto. No quadro 5, verifica-se que, no IFG, em 2023, a maioria dos campi ultrapassa os 10% de oferta nessa modalidade.

Quadro 5: Lista dos campi do IFG X número de matrículas X número de matrículas EJA-EPT X porcentagem de matrículas atingida pelos campi

Região Centro-Oeste - IFG			
CAMPUS	MATRÍCULAS	MATRÍCULAS EJA-EPT	%
Campus Águas Lindas de Goiás	850	220	25,88%
Campus Anápolis	1173	117	9,97%
Campus Aparecida de Goiânia	1197	279	23,31%
Campus Cidade de Goiás	561	100	17,83%
Campus Formosa	1378	169	12,26%
Campus Goiânia	5060	399	7,89%
Campus Goiânia Oeste	1233	265	21,49%
Campus Inhumas	1127	58	5,15%
Campus Itumbiara	806	71	8,81%
Campus Jataí	1484	85	5,73%
Campus Luziânia	1800	189	10,50%
Campus Senador Canedo	1243	385	30,97%
Campus Uruaçu	1352	107	7,91%
Campus Valparaíso de Goiás	803	144	17,93%
TOTAL	20067	2588	12,90%

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023)

Diante do fato do IFG ter atingido 12,9% da meta em 2023, buscou-se mais informações sobre os cursos ofertados na modalidade EJA-EPT nesse IF. No *site* institucional do IFG, é apresentado um projeto-piloto, desenvolvido em colaboração com as Secretarias Municipais e Estadual de Educação, o projeto **AlmEJA**, cujo objetivo é, em resumo, (i) capacitar tanto profissionais do IFG quanto docentes e técnicos das redes municipais e estadual que atuam com EJA e (ii) promover qualificação profissional para estudantes da EJA (Instituto Federal de Goiás, 2024).

A análise censitária da Plataforma Nilo Peçanha aponta para questões pertinentes à EJA-EPT que precisam ser superadas pela rede federal de educação e tecnologia, como o alto índice de evasão dos estudantes e o baixo índice de cursos ofertados nessa modalidade. O projeto AlmEJA, desenvolvido no IFG, tem contribuído para o fortalecimento da modalidade EJA-EPT nesse instituto e, por conseguinte, parece indicar um caminho profícuo para garantir a permanência e o êxito dos cursistas.

Na seção seguinte, apresentar-se-á a etapa de revisão bibliográfica, cujo levantamento, em sua natureza qualitativa, traz à baila uma discussão sobre entraves e conquistas da EJA-EPT na rede federal.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Essa pesquisa também abarca uma revisão bibliográfica sobre o cenário da EJA-EPT nos Institutos Federais. Buscou-se artigos científicos em Revistas *online* (RBEPT, HOLOS e Semiárido Di Visu) e na Plataforma *online* do Google Acadêmico, relacionados à oferta de EJA-EPT, com o objetivo de identificar características, problemas e práticas bem-sucedidas encontrados na implantação de cursos EJA-EPT

nos IFs espalhados pelo Brasil. Os artigos selecionados foram publicados no período de 2013 a 2024.

5.1 PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos seguiu três etapas. A seleção inicial foi realizada utilizando palavras-chave como "EJA" e "EJA-EPT" nos buscadores dos sites. Em seguida, os títulos dos artigos disponibilizados pelos buscadores foram analisados e aqueles que possuíam as palavras "EJA", "EJA-EPT", "EPT", "PROEJA" e/ou "IFs" foram selecionados. Dessa forma, a pré-seleção nas três revistas e no Google Acadêmico assim se dispôs:

- RBEPT: 20 artigos encontrados com "EJA", 0 com "EJA-EPT"; 7 foram selecionados.
- HOLOS: 37 artigos encontrados com "EJA", 0 com "EJA-EPT"; 13 foram selecionados.
- Semiário Di Visu: 2 artigos encontrados com "EJA", 1 com "EJA-EPT"; 1 foi selecionado.
- Google Acadêmico: 321 itens encontrados com "EJA-EPT"; 10 foram selecionados.

Após a leitura completa de 31 artigos científicos pré-selecionados nas quatro plataformas *online*, realizou-se um filtro escolhendo aqueles que explicitavam casos de sucesso e dificuldades encontradas com a implantação de cursos EJA-EPT nos IFs, chegando ao número de 13 artigos científicos, que foram utilizados para o desenvolvimento dessa revisão bibliográfica. A tabela abaixo apresenta os artigos selecionados.

Tabela 1: Artigos científicos selecionados para a revisão bibliográfica

Fonte	Autores	Título do artigo	Ano
RBEPT ¹¹	REIS; VIELMO; CARDOSO	A Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: a experiência do PROEJA no IFBA – campus Barreiras no período de 2006	2016
	AMORIM	Educação Profissional e Formação integrada do trabalhador na legislação brasileira: avanços, retrocessos e desafios	2016

¹¹ Disponível em <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT>

	CACHO; MOURA	Planos Nacionais de Educação: travessias da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional	2016
	ARAÚJO; OLIVEIRA	O desafio da formação docente no município de Manaus diante da nova proposta curricular de educação de jovens e adultos	2014
	VALE	Tecnologia educacional para a EJA é possível?	2022
	SILVA; MARASCHIN	A gestão da EJA EPT dos Institutos Federais gaúchos sob égide da lei	2024
Revista HOLOS ¹²	SILVA; SÁ	O PROEJA no IFRN – Campus Mossoró por seus estudantes	2016
	PESSANHA; CARMO	Percursos do acesso ao PROEJA: um panorama do IFFluminense	2020
	ZEN; OLIVEIRA	O Projeto integrador e a centralidade do trabalho para a formação humana no programa de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) IFES Campus Vitória/ES.	2014
	MENDES; CHAGAS	Novas perspectivas para a educação de Jovens e Adultos: um estudo andragógico no curso técnico de recursos pesqueiros	2013
	FLORES	Avaliação <i>Ex Post</i> da Política Pública PROEJA no IFBA Campus Santo Amaro (BA)	2017
Revista Semiárido Di Visu ¹³	SILVA; OLIVEIRA	Material didático utilizado na Educação Profissional de Jovens e Adultos: Uma revisão sistemática da literatura	2021
Google Acadêmico ¹⁴	ARAÚJO; SIMONARD	A Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e	2023

¹² Disponível em <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS>

¹³ Disponível em <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/>

¹⁴ Disponível em <https://scholar.google.com/schhp?hl=pt-BR>

		Tecnológica (RFEPCT): algumas questões importantes. In: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores	
--	--	--	--

5.2 ANÁLISE DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Os treze artigos selecionados apresentaram, como ponto norteador, reflexões acerca da EJA no contexto da Educação Profissional e Tecnológica nos IFs espalhados pelo Brasil. Ao agrupar os artigos selecionados por instituto, foi identificado a seguinte distribuição: IFRN (3), IFBA (2), IFG (1), IFSertão-PE (1), IFF (1), IFAM (1), IFRS (1), IFES (1), IFAL (1) e sem IF associado (1), de modo que obtivemos ao menos um artigo de cada região do país. Quanto às temáticas abordadas nos artigos selecionados, identificou-se 4 principais: (i) metodologias de ensino; (ii) formação docente para atuar na EJA-EPT; (iii) público-alvo na EJA-EPT; e (iv) leis que regem a EJA-EPT e suas aplicações.

Metodologias de ensino para a EJA-EPT:

- Zen e Oliveira (2014) tecem uma avaliação da metodologia Projeto Integrador, através de um caso desenvolvido com alunos do Proeja, e defendem que o projeto integrador contribui para a integração entre a educação profissional/técnica e a educação geral (IFES);
- Silva e Sá (2016) contradizem a organização curricular que dispõe primeiro as disciplinas do ensino médio e depois a formação profissional, inviabilizando o desenvolvimento do currículo integrado (IFRN);
- Silva e Oliveira (2021) defendem a utilização de aulas práticas, necessidade de atualização de material didático contemplando a regionalidade, além da garantia da assistência estudantil (IFSertão-PE);
- Vale (2022) argumenta sobre o uso de novas tecnologias educacionais nas salas de aulas da EJA, entendendo-as como ferramentas facilitadoras no processo de ensino aprendizagem (sem IF associado);

Formação docente para atuar na EJA-EPT:

- Araújo e Oliveira (2014) apresentam um curso sobre gestão do ensino noturno, voltado para a formação de docentes que atuam na EJA. As autoras apontam a necessidade de projetos de formação docente para atender verdadeiramente as perspectivas da EJA (IFAM);
- Araújo e Simonard (2023) problematizam o fato de que muitos docentes presentes nas salas de aulas do núcleo profissional são bacharéis e tecnólogos e, por este motivo, apresentam lacunas de saberes específicos para a docência na modalidade EJA. Os autores defendem a implementação de uma política de formação docente

para a EJA-EPT com enfoque nos docentes que não apresentam formação pedagógica nas suas formações iniciais (IFAL);

Público-alvo na EJA-EPT:

- Mendes e Chagas (2013) discutem sobre a heterogeneidade nas salas de aulas e apontam um grande problema existente no que se refere a faixa etária e o grau de escolaridade dos estudantes. De acordo com os autores, embora o PROEJA seja direcionado aos estudantes maiores de 18 anos e com o ensino fundamental completo, encontram-se nas salas de aulas, muitos estudantes com ensino médio completo e até graduação misturados com aqueles que possuem maiores dificuldades de aprendizado, devido a terem ficado anos sem estudar, o que ocasiona desmotivação e evasão do público-alvo (IFRN);
- Reis, Vielmo e Cardoso (2014) apresentam as diversas formas de ingresso nos cursos e elencam a baixa procura pelo público-alvo do PROEJA, em geral, e de estudantes do gênero feminino, em particular. Os autores relacionam a alta taxa de reprovação/evasão com a heterogeneidade das turmas e baixa formação específica dos docentes (IFBA);
- Pessanha e Carmo (2020) discutem sobre as formas de acesso aos cursos da EJA, a gratuidade nas inscrições e as dificuldades dos estudantes em entender os editais, devido à baixa escolaridade do público-alvo. Os autores sugerem a criação de comissões exclusivas a essa modalidade (IFF);

Leis que regem a EJA-EPT e aplicações:

- Amorim (2015) apontou as leis que regem a EJA-EPT são: 11.741/2008, 13.005/2014, 11.892/2008 e cita como retrocesso a questão da concomitância entre a formação geral e a formação técnica em matrículas separadas e, até instituições distintas, o que significa uma formação fragmentada que não alcança o objetivo de melhorar a escolaridade do trabalhador (IFG);
- Cacho e Moura (2015) esclarecem que existem muitos desafios para que as propostas apresentadas pelos Planos Nacionais de Educação – PNE, sejam efetivados, dentre eles a Meta 10 que visa garantir o aumento do número de acesso de jovens e adultos a uma educação integrada à Educação Profissional, e para isso é fundamental políticas públicas eficazes e a adoção de projetos pedagógicos diferenciados e específicos, capazes de atender à enorme diversidade do público que demanda por essa modalidade de ensino, evitando-se, assim, a evasão. (IFRN);
- Flores (2017) apresenta que o Estado delega às Instituições proponentes a responsabilidade de executar a política de educação de jovens e adultos, nortendo suas ações e práticas a partir do documento de Base do PROEJA e demais dispositivos legais que o regulamentam para elaborar editais e processos seletivos condizentes com a proposta do PROEJA de ser uma política social inclusiva dos menos favorecidos (IFBA);
- Silva e Maraschim (2024) analisa o papel do gestor educacional dos IFs que compõe a Rede Federal, em especial, os diretores das unidades, no que se refere à oferta de matrículas em cursos EJA-EPT, tendo como plano de fundo, os

documentos bases das referidas Instituições, bem como legislações que abarcam os Institutos Federais (IFs) (IFRS).

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES PARA GESTORES

A trajetória da EJA-EPT nos Institutos Federais revela um percurso marcado por avanços legais e estatísticos, mas também por lacunas e contradições. A defesa pela integração da EJA ao contexto da educação profissional remonta à LDB, de 1996, e foi reforçada pelo Decreto nº 5.840/2006, que institucionaliza o PROEJA, pela Lei nº 11.892/2008, que cria a Rede Federal e os Institutos Federais, e pela Resolução nº 4/2017 do CONIF, que reitera compromisso dos IFs de ofertar o percentual de 10% das vagas anuais para a EJA. Contudo, ao relacionar a base legal da EJA-EPT com os dados estatísticos da Plataforma Nilo Peçanha, observa-se uma contradição estrutural entre o que a legislação estabelece e o que de fato é implementado na rede federal. Os resultados censitários sobre a EJA-EPT, considerando o ano de 2023, demonstram que apenas 47% dos campi dos Institutos Federais ofertavam cursos dessa modalidade e que a média nacional de oferta da modalidade estava em 1,97% — muito abaixo do patamar legal.

Os dados estatísticos revelam que o IFG, com 12,9% de vagas anuais na EJA-EPT, é o único Instituto Federal que, em 2023, atendeu o que preconiza o Decreto No 5.840 de 2006. Tais dados podem ser relacionados às experiências exitosas advindas do projeto AlmEJA, que integra articulação interinstitucional, capacitação docente e atenção à realidade local. Portanto, essa é uma iniciativa que pode ser estudada e levada em consideração antes da implantação de novos cursos EJA-EPT nos campi dos IFs do país.

Outro ponto crítico relatado na análise censitária é a evasão escolar: a modalidade EJA-EPT, justamente aquela destinada a um público em maior vulnerabilidade, concentra altos índices de abandono. Os dados estatísticos revelaram um total de 26,69% de evasão escolar nos cursos de EJA-EPT no ano de 2023, um quantitativo que agrava a defasagem entre as metas legais e a realidade social.

Buscando alinhar dados quantitativos com dados qualitativos sobre a EJA-EPT, a pesquisa lançou mão de uma revisão bibliográfica. Ao contrapor os dados estatísticos com os artigos selecionados para a revisão bibliográfica, primeiramente, percebeu-se que, em sua maioria, os artigos foram provenientes de campi com os maiores índices na relação número de matrículas EJA-EPT X número de matrículas por campi, demonstrando o empenho das equipes envolvidas com os cursos EJA-EPT nesses IFs, tanto em relação à implantação dos cursos como na divulgação dos resultados, por meio de artigos científicos.

A revisão bibliográfica expôs 4 temáticas principais: metodologias de ensino na EJA-EPT; formação de docentes para EJA-EPT; dificuldades relacionadas ao público-alvo da EJA-EPT; e leis que regem a EJA-EPT e suas aplicações. A análise identificou casos de sucesso, mas, sobretudo, dificuldades que interferem diretamente

na oferta de cursos EJA-EPT nos IFs. Sugere-se que os pontos elencados abaixo sejam investigados pelos gestores dos cursos da modalidade EJA-EPT, considerando as especificidades de suas localidades:

- carência de formação de docentes para atuação nessa modalidade de ensino;
- retrocesso quanto à questão da concomitância entre a formação geral e a formação técnica em matrículas separadas e, até instituições distintas;
- grade escolar que inviabiliza a integração de disciplinas técnicas e propedêuticas;
- heterogeneidade dos estudantes nas salas de aulas, em relação à escolaridade, o que pode causar desmotivação naqueles de menor escolaridade;
- alta taxa de evasão e reprovação devido aos estudantes não conseguirem acompanhar a turma, a metodologias ineficientes dos professores, aos problemas pessoais dos alunos que se sobrepõe aos estudos e outros;
- processo seletivo incompatível com a escolaridade do público-alvo, necessitando editais mais simplificados e de fácil entendimento do público;
- baixa procura do público-alvo, apontando para a necessidade de busca ativa desse público;
- necessidade da gratuidade das inscrições.

A revisão bibliográfica, ao trazer um olhar qualitativo sobre o cenário da EJA-EPT, reforça a lacuna quantitativa evidenciada pela análise censitária, evidenciando problemas estruturais como currículos fragmentados, docentes sem formação pedagógica adequada e a heterogeneidade do público-alvo, que resulta em desmotivação, reprovação e evasão. Contudo, a revisão traz à baila também casos de sucesso com enfoque nas metodologias de ensino na EJA-EPT, como: a utilização de Projeto Integrador, a priorização de aulas práticas e a inserção de tecnologias digitais no ensino. Sugere-se que esses pontos sejam considerados em projetos de formação de professores na modalidade EJA-EPT.

Os cursos EJA-EPT são reconhecidos como uma alternativa fundamental de inclusão social, pois muitos estudantes veem na formação uma oportunidade de reestruturação de suas trajetórias, visando a inserção no mercado de trabalho e melhoria nas suas condições de vida. Entretanto, a ausência de políticas de apoio específicas, que integram aspectos de saúde, assistência social e orientação profissional, pode comprometer os resultados alcançados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu traçar um panorama abrangente sobre a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) no âmbito dos Institutos Federais. A análise documental e estatística revelou que, embora haja um arcabouço legal robusto que assegura a oferta mínima de 10% de vagas para essa modalidade, a realidade ainda é marcada por grandes discrepâncias entre o previsto e o implementado, uma vez que, em 2023, apenas 47% dos campi ofertaram cursos EJA-EPT e a média nacional alcançou apenas 1,97% das matrículas.

Os dados reforçam que a evasão escolar permanece um dos principais desafios, atingindo índices alarmantes que comprometem a efetividade das políticas públicas. Nesse contexto, experiências exitosas, como o projeto AlmEJA do Instituto Federal de Goiás, despontam como exemplos significativos de inovação, articulação interinstitucional e formação docente, sinalizando caminhos para a superação das fragilidades existentes.

A revisão bibliográfica complementou esse diagnóstico ao apontar quatro eixos centrais de debate: metodologias de ensino, formação docente, público-alvo e legislação. Evidenciou-se a necessidade urgente de currículos mais integrados, capacitação pedagógica dos docentes, simplificação de processos seletivos e estratégias de permanência que considerem a heterogeneidade e vulnerabilidade do público atendido.

Conclui-se que a EJA-EPT representa não apenas uma oportunidade educacional, mas também um instrumento de transformação social, possibilitando a reconstrução de trajetórias de vida e a inserção cidadã. Contudo, sua consolidação depende de políticas institucionais consistentes, apoio financeiro e pedagógico, além da adoção de práticas inovadoras que garantam acesso, permanência e êxito dos estudantes. Recomenda-se que os Institutos Federais ampliem sua responsabilidade social nesse campo, fortalecendo a modalidade como parte estruturante de sua missão.

REFERÊNCIAS

AMORIM, L. Educação Profissional e Formação integrada do trabalhador na legislação brasileira: avanços, retrocessos e desafios. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, 2016.

ARAÚJO, M.; OLIVEIRA, L. O desafio da formação docente no município de Manaus diante da nova proposta curricular de educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, 2014.

ARAÚJO, T.; SIMONARD, J. A Educação de Jovens e Adultos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT): algumas questões importantes. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito federal, o PROEJA.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Dispõe sobre a oferta de EJA integrada à educação profissional.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera a LDB e dispõe sobre a Educação Profissional e Tecnológica.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (2014–2024).

BRASIL. **Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024.** Institui o Programa Pé-de-Meia.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base do PROEJA.** Brasília: MEC/SETEC, 2007.

CACHO, M.; MOURA, M. Planos Nacionais de Educação: travessias da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, 2016.

FLORES, E. Avaliação Ex Post da Política Pública PROEJA no IFBA Campus Santo Amaro (BA). **Revista HOLOS**, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto AlmEJA.** Goiânia, 2024. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br>.

MENDES, J.; CHAGAS, L. Novas perspectivas para a educação de Jovens e Adultos: um estudo andragógico no curso técnico de recursos pesqueiros. **Revista HOLOS**, 2013.

PESSANHA, D.; CARMO, S. Percursos do acesso ao PROEJA: um panorama do IFFluminense. **Revista HOLOS**, 2020.

REIS, R.; VIELMO, V.; CARDOSO, M. A Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: a experiência do PROEJA no IFBA – campus Barreiras no período de 2006–2014. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, 2016.

SILVA, J.; MARASCHIN, R. A gestão da EJA-EPT dos Institutos Federais gaúchos sob égide da lei. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, 2024.

SILVA, T.; OLIVEIRA, M. Material didático utilizado na Educação Profissional de Jovens e Adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Semiárido Di Visu**, 2021.

SILVA, V.; SÁ, P. O PROEJA no IFRN – Campus Mossoró por seus estudantes. **Revista HOLOS**, 2016.

VALE, A. Tecnologia educacional para a EJA é possível? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, 2022.

ZEN, E.; OLIVEIRA, D. O Projeto Integrador e a centralidade do trabalho no PROEJA – IFES. **Revista HOLOS**, 2014.